

Um feminismo radical é necessariamente um feminismo materialista?

Kelly Cipriano¹
Mayara Santiago²
Rafaela Cyrino³

Resumo:

O presente trabalho parte das leituras e análises realizadas coletivamente pelo Grupo de Pesquisa Feminismo Materialista, na Universidade Federal de Uberlândia, que busca compreender as raízes dos processos de dominação social, a partir dos nexos causais estabelecidos entre capitalismo, sexismo e racismo. Propomos aqui responder ao seguinte questionamento: um feminismo radical é necessariamente materialista? Para tanto, recorreremos à análise de Christine Delphy a medida que esta apresenta os seguintes fundamentos: uma teoria crítica da história e o postulado de que a produção e reprodução da vida material são a base da organização social. Após discutir a proposta de feminismo materialista da autora, abordamos, a partir do pensamento de feministas radicais como Shulamith Firestone em *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*, Gayle Rubin, em *Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo* e Kate Millet, em *Política Sexual* as possibilidades de intersecções possíveis do feminismo radical com o feminismo materialista, formulado por Delphy. Os resultados dessas análises nos indicam que o feminismo radical não necessariamente será um feminismo materialista, devido ao fato de que algumas autoras se afastam da perspectiva materialista e da abordagem da opressão de forma estrutural, ainda que busquem pela gênese da opressão das mulheres e trabalhem com a ideia de revolução.

Palavras-chaves:feminismo; radical; materialista.

¹Universidade Federal de Uberlândia; graduanda em Ciências Sociais; kellycsbrandao@gmail.com.

²Universidade Federal de Uberlândia; graduanda em Ciências Sociais; santiago.mayara@yahoo.com.

³Universidade Federal de Uberlândia; doutora em Sociologia (UFMG) e professora adjunta no Instituto de Ciências Sociais (UFU); rafaclacyrino@ufu.br

Introdução.

O presente trabalho parte das leituras e análises realizadas coletivamente pelo Grupo de Pesquisa Feminismo Materialista, na Universidade Federal de Uberlândia, que busca compreender as raízes dos processos de dominação social, a partir dos nexos causais estabelecidos entre capitalismo, sexismo e racismo. Dessa forma, propomos aqui discutir, a partir do pensamento da socióloga francesa Christine Delphy, em que medida o feminismo radical se insere na proposta do feminismo materialista no sentido de responder à questão proposta neste paper: um feminismo radical é necessariamente materialista?

Para investigar esta questão, partiremos das formulações de Delphy a propósito do chamado feminismo materialista, tendo por base o seu artigo original escrito em 1974, a partir do qual o termo foi cunhado, assim como outros artigos da autora que esclarecem melhor a sua abordagem. Após discutir a proposta de feminismo materialista da autora, iremos abordar, a partir do pensamento de feministas radicais como Shulamith Firestone, em *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*, Gayle Rubin, em *Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo* e Kate Millet, em *Política Sexual*, as possibilidades de intersecções possíveis do feminismo radical com o feminismo materialista, formulado por Delphy.

O feminismo materialista de Delphy utiliza de duas fundações principais para a análise. São essas: uma teoria da história, pela qual busca compreender a dominação de grupos sociais por outros; e o postulado de que a produção e reprodução da vida material são a base da organização social. Logo, para o entendimento do feminismo materialista de Delphy deve haver a compreensão histórica da opressão sofrida pelas mulheres e como as relações materiais a definem. É de grande relevância para a teoria da autora a utilização da categoria da totalidade, uma vez que essa possibilita compreender como as diversas dimensões da opressão sofrida pelas mulheres se inter-relacionam: política, econômica, social, entre outras.

Em *O inimigo principal* (DELPHY, 2015), temos um claro exemplo de como a sua abordagem materialista pretende explicar os processos de dominação de um sexo sobre o outro. Partindo da compreensão de que a base material da opressão das mulheres deve ser procurada na participação específica destas na produção, Delphy se propõe a pensar a família como uma unidade de produção baseada na exploração econômica do trabalho gratuito das mulheres. Desta forma, para a autora, a realização do trabalho doméstico e a criação dos filhos constituem tarefas de produção e fazem parte de uma exploração econômica cuja origem se encontra nas relações de servidão perpetuadas pela família.

É explicitado este argumento no seguinte trecho:

Constata-se a existência de dois modos de produção em nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida no modo industrial; os serviços domésticos, a criação dos filhos e algumas mercadorias são produzidos no modo familiar. O primeiro dá lugar à exploração capitalista. O segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal.(DELPHY, 1970: 111)

Ao localizar a base material da opressão das mulheres no modo de produção patriarcal e na exploração econômica da “classe das mulheres” que este implica, Delphy formula a sua proposta revolucionária visando libertar as mulheres das relações de servidão específicas deste modo de produção. A autora argumenta que para isso é necessário a destruição total do sistema de produção e reprodução patriarcal, por meio de uma revolução que implique na apoderação do poder político, que modificaria toda a base social presente. Certamente, isto implica em modificar a falsa consciência e a consciência de classe das classes patriarcais, mas, como Delphy reitera de maneira importante em seus escritos: é necessário se ater aos fatores estruturais que estão na base desta exploração. Isto significa, para a autora, não reduzir a opressão à sua expressão ideológica (sexismo, racismo), ocultando-se aquilo que, para a autora é o mais importante: as relações sociais concretas, as relações produtivas, a divisão sexual do trabalho, a exploração econômica da classe das mulheres

Após caracterizar o feminismo materialista tal como pensado por Delphy, partiremos para o campo do feminismo dito radical, no sentido de estabelecer pontos de aproximação e/ou distanciamento possível entre os dois feminismos. Embora não tenhamos encontrado na literatura uma definição precisa acerca do feminismo radical, pode-se afirmar que este se caracteriza por uma abordagem revolucionária, no sentido de que pretende demolir as bases do sistema de opressão de sexo. Neste sentido o feminismo radical se distancia bastante de um feminismo liberal, o qual se centra em uma emancipação política centrada em reformas, geralmente de cunho jurídico, que supostamente estabeleceriam uma relação de igualdade entre homens e mulheres.

O feminismo radical, portanto, é intrinsecamente revolucionário, embora a revolução não seja pensada da mesma maneira pelas feministas que se alinham a esta perspectiva. Isto porque a proposta revolucionária de cada feminista dita radical baseia-se na interpretação realizada acerca da origem dos processos de opressão sexual. De fato, parafraseando Marx (2013) quando este afirma que “ser radical é tomar as coisas pela raiz”, pode-se aventar que, embora a preocupação com a origem (raiz) da opressão das mulheres seja uma característica que

define uma feminista radical, as divergências entre as autoras acerca da “raiz” da opressão sexual, culmina, necessariamente, em diferentes propostas de revolução.

Como foi abordado anteriormente, Christine Delphy, feminista que se auto-define como materialista e que pode ser enquadrada na perspectiva “radical”, localiza o processo de opressão das mulheres no modo de produção dito patriarcal, baseado em relações de servidão e exploração de sexo. A sua proposta revolucionária parte, portanto, dessa análise estrutural. Para uma melhor compreensão entre as possibilidades de entrecruzamento entre o feminismo materialista e radical iremos explorar o pensamento de algumas autoras feministas radicais, no sentido de se compreender se a raiz do processo de opressão implica, necessariamente, uma abordagem material.

Desenvolvimento:

Em *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*, de 1970, a autora estadunidense Shulamith Firestone, coloca-se como feminista radical na medida em que abarca a ideia de revolução como alternativa de superação da opressão às mulheres (1970:11). Opressão essa que penetra os âmbitos da cultura, política, economia e que, diante disso, reivindica, segundo a autora, pressupostos materialistas de superação.

Para a autora, recorrer ao materialismo é importante para analisar a guerra do sexos e, portanto, alcançar a Revolução Feminista, assim como o antagonismo de classe é fundamental para a revolução econômica. Firestone pontua, contudo, que é preciso localizar o substrato sexual da dialética histórica que, segundo a autora, não foi ainda explicado, ocasionando uma certa incapacidade de se pensar a opressão às mulheres: “Pois um diagnóstico econômico que remonta à propriedade dos meios de produção, e até dos meios de reprodução, não explica tudo. Existe um nível da realidade que não deriva diretamente da economia.” (FIRESTONE, 1970:16)

Assim como Delphy, Firestone preocupa-se em localizar na história a raiz da opressão às mulheres. No entanto, ela argumenta que a leitura do materialismo histórico é uma análise estritamente econômica. Segundo FIRESTONE (1970, p.22):

“(...) o feminismo radical amplia suas análises, dando a elas uma base ainda mais profunda em condições objetivas, explicando com isso muitas das suas questões insolúveis. Como fundamento de nossa própria análise, devemos expandir a definição do materialismo histórico de Engels.”

Ainda que a abordagem de Firestone aponte para uma base material diferente da proposta por Delphy, entende-se que o desempenho em realizar uma análise histórica que permita compreender a gênese do processo de opressão a aproxima do parâmetro analítico proposto por Dephy. Sua argumentação indica que a origem da subordinação e exploração encontra-se na própria distinção sexual e na dinâmica da família biológica.

Firestone caracteriza essa família biológica a partir de quatro aspectos fundamentais. O primeiro deles diz respeito ao fato de que as mulheres estiveram, durante toda a história, à mercê de suas condições biológicas, como a menstruação, menopausa, amamentação e partos dolorosos e, em função disso, tornaram-se dependentes em relação aos homens. O segundo aspecto indica que os filhos exigem maior desempenho das pessoas adultas que os demais animais e, portanto, seu vínculo de dependência é bastante significativo. Em terceiro lugar a autora aponta para a interdependência entre mãe e filho, responsável por moldar a psicologia das mulheres e, por fim, Firestone argumenta o fato de que a primeira forma de divisão sexual do trabalho veio da condição natural de reprodução da vida humana.

A respeito do sistema de classes sexuais a autora aponta que:

“Apesar de o sistema de classes sexuais ter-se originado em condições biológicas básicas, isto não garante que, uma vez tendo sido varridas as bases biológicas de sua opressão, as mulheres serão livres. Ao contrário, a nova tecnologia, especialmente o controle de fertilidade, pode ser usada contra elas, para reforçar o sistema de exploração estabelecido.” (FIRESTONE, 1970, p. 20)

Esta questão, para a autora, se torna um problema essencialmente político. Não caberia, portanto, justificar a conservação da organização desigual entre as classes sexuais, sob o pressuposto de que este é um dado natural. Dessa forma, a superação de tal impasse partiria da eliminação das classes sexuais e mais uma vez se faz presente a perspectiva materialista na análise da autora. Suprimir a opressão exigiria revolução, uma transformação total das relações entre os sujeitos sexuais, exigindo que a classe baixa, neste caso, as mulheres, se revoltassem e tomassem o controle dos meios de reprodução da vida, passando a exercer o papel de proprietárias de seus próprios corpos e de sua fertilidade.

Tal revolução aconteceria por meio do estabelecimento de uma nova tecnologia associada às instituições sociais de nutrição e educação das crianças, levando, portanto, à superação do privilégio masculino e da divisão sexual. Por meio do estabelecimento da reprodução artificial, homens e mulheres alcançariam a independência em relação ao

nascimento, possibilitando a eliminação da divisão sexual do trabalho. A revolução proposta por Firestone, portanto, permitiria suprimir a atribuição cultural dada aos órgãos sexuais que coloca homens e mulheres em posições não só diferentes mas hierárquicas, baseadas no desempenho, pelas mulheres, de papéis sociais exploratórios.

Diferentemente de Firestone e Delphy, Gayle Rubin localiza a gênese da opressão e da subordinação social das mulheres nos sistemas de parentescos e nos processos psíquicos que são objeto de estudo da psicanálise. Esta autora afirma que existe um aparato social sistemático que molda as mulheres e conseqüentemente as oprime, analisando, para isto, as teorias formuladas por Sigmund Freud e Claude Lévi-Strauss. A obra destes autores, de acordo com Rubin, nos fornece descrições e explicações importantíssimas para a compreensão dos processos sociais de subordinação feminina.

Rubin, diferentemente de Delphy, denomina as relações e estruturas a serem estudadas de “sistemas de sexo/gênero”, e não de patriarcado. Ela argumenta que:

Um “sistema de sexo/gênero”, numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais se transformadas são satisfeitas.(RUBIN, 1975: 2)

Assim, a autora busca compreender como a sociedade transforma a sexualidade biológica em sistemas de opressão e dominação de um sexo sobre o outro. Tudo indica que, Rubin, a partir da categoria da totalidade, pressupõe, não uma relação de oposição, mas uma indissociabilidade entre a dimensão material e cultural, pois a “troca de mulheres” oferece, historicamente, uma base material para a organização cultural da opressão das mulheres. É neste sentido que os sistemas de parentesco não significam apenas a imposição da organização cultural sobre os fatos da procriação biológica, mas remetem a um sistema de relações sociais em que as mulheres se tornam presas dos homens.

Rubin pontua que a análise marxista falha em conceituar a opressão sexual e por isso recorre às obras de Lévi-Strauss e Freud, no entanto a autora compreende que há um fator material determinante na construção da sexualidade e reconhece a concepção materialista de que a história é determinada pela produção dos meios de existência necessários. Esse fator é explicitado pelas trocas de mulheres nas relações de parentesco bem conceituado na obra “*Estruturas Elementares do Parentesco*”.

Ademais, no processo de produção e reprodução dos sistemas de sexo/gênero, as mulheres são incluídas através do trabalho doméstico na reprodução do trabalhador, de quem é tirada a mais-valia, assim elas se inserem nesse circuito. Além disso, Rubin utiliza da análise de Engels para argumentar que a organização social é determinada pela produção econômica e por outras formas de produção, que se inserem na família.

Por conseguinte, a análise é focada nos sistemas de parentesco, que para a autora são formas observáveis e empíricas dos sistemas de sexo/gênero. Inicialmente, este sistema é mais complexo que um conjunto de ligações estritamente biológicas, no qual o parentesco é: “Entendido claramente como uma imposição da organização cultural sobre os fatos da procriação biológica” (RUBIN, 1975:11).

De acordo com a autora, nesta obra Lévi-Strauss compreende que essencialmente os sistemas de parentesco se apoiam na troca de mulheres, por esse motivo é uma obra que tem implicitamente uma teoria sobre a opressão sexual.

Ligado à noção de dádiva e trocas de Marcel Mauss, Rubin afirma que o casamento, de acordo com Lévi-Strauss, é uma forma elementar de troca no qual a mulher é o presente principal. A realização destas trocas entre grupos e famílias é garantida pelo tabu do incesto que determina universalmente proibições e garante a realização de casamentos, por um objetivo social de exogamia e aliança entre grupos diferentes.

De fato, com a realização da troca de mulheres, estabelecem-se relações de parentesco entre grupos diferentes que resultam em uma ampla rede de relações e conseqüentemente em uma estrutura de parentesco. Dessa maneira é afirmado por Rubin, que o parentesco é organização e essa cria poder, então é necessário compreender o que é organizado e quem organiza. Evidentemente, as mulheres que são o objeto da troca e esta oferece as bases para o entendimento e a localização da opressão das mulheres inserido e advindo do interior de sistemas sociais arbitrários, não justificados biologicamente.

Cumprе ressaltar que as trocas não se restringem unicamente às mulheres, mas também são trocados status, nomes, direitos e pessoas, em sistemas de relações sociais. Isto gera uma discrepância de direitos de homens e mulheres e a subordinação das mesmas.

Rubin argumenta, ainda, que não é somente a troca de mulheres que origina a desigualdade e a opressão contra elas. A reprodução do parentesco é um processo que envolve fatores também determinantes na conservação da desigualdade entre os gêneros, e a psicanálise é fundamental para a compreensão dela. Por esse motivo, a autora recorre, também, às teorias psicanalíticas de Freud e Jacques Lacan.

De acordo com Rubin, a Psicanálise ajuda a entender o processo pelo qual as crianças são, desde cedo, impregnadas com as convenções de sexo e gênero. Ou seja, a autora irá buscar na Psicanálise uma teoria sobre a reprodução do parentesco, visto que a mesma descreve “os mecanismos pelos quais os bebês são divididos e deformados, de como bebês bissexuais, andróginos, são transformados em meninos e meninas”.

A partir de uma leitura crítica da antropologia de Lévi- Strauss e da psicanálise freudiana, Rubin propõe que a revolução feminista deveria operar a partir de uma revolução nos sistemas de parentesco. A proposta envolve resolver a crise edipiana da cultura reorganizando o campo do gênero e do sexo, para que cada experiência individual seja menos destrutiva e mais livre. E para isto, afirma Rubin (1975, p. 11) “nós necessitamos de uma economia política dos sistemas sexuais”.

A complexidade do pensamento de Gayle Rubin tornou um pouco mais difícil a empreitada aqui proposta de analisar os pontos de aproximação e distanciamento entre a sua perspectiva feminista radical e o feminismo materialista de Delphy. Embora Rubin dê uma grande atenção às modelagens sociais e culturais que acompanham uma socialização de gênero de matriz heterossexual, privilegiando, portanto, a dimensão cultural dos processos de opressão, sua concepção de cultura está intrinsecamente relacionada com a organização das relações sociais concretas, com a divisão sexual do trabalho, com a economia política, não se constituindo, portanto, em uma esfera autônoma e descolada das dimensões materiais da realidade social.

Finalmente, a leitura de Kate Millet no livro *Política Sexual*, nos sugere pensar que a raiz da opressão, para esta autora, é localizada sobretudo no âmbito cultural. A autora apresenta a tese de que a transformação da situação das mulheres se daria em vias de uma revolução sexual que promoveria o fim das inibições e dos tabus sexuais. Seu objetivo, portanto, seria o de minar a instituição patriarcal, acabando com a chamada ideologia da supremacia do macho e a tradição cultural que se mantém através dos papéis de gênero. Segundo Millett (1974, p. 10):

“Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como “masculinas” ou “femininas” e reconsiderar o seu valor no aspecto humano: a violência encorajada como manifestação de virilidade e a excessiva passividade definida como característica feminina, inúteis em ambos os sexos; a eficiência e o intelectualismo do temperamento “masculino” e a

ternura e a consideração ligadas ao temperamento feminino, recomendáveis a ambos os sexos sem distinção”.

O posicionamento abolicionista fica evidente no pensamento da autora, haja vista seu empenho em atacar as categorias do gênero que atribuem uma série de atributos sociais e psicológicos aos diferentes sexos, ou seja, a construção social do “ser homem” e do “ser mulher”. Contudo, sua proposta de revolução é concebida a nível comportamental, com um nítido foco na dimensão ideológica da sociedade. Este foco na dimensão ideológica da opressão afasta a sua abordagem da perspectiva materialista proposta por Delphy, como pode ser evidenciado no trecho abaixo:

“Deve ficar claramente assente que a “arena” da revolução sexual” se situa muito mais na consciência do homem do que nas instituições por ele criadas. A sociedade patriarcal está de tal forma enraizada que o tipo de estrutura que ela determina em ambos os sexos é talvez mais um hábito de espírito e um tipo de vida do que um sistema político determinado.” (MILLETT, 1974, p. 12)

De acordo com Millett, o patriarcado é o sistema responsável por definir a relação de diferenciação social, antes mesmo da distribuição de renda e, promoveria mais efeitos no campo da consciência do que propriamente nas instituições sociais. Ao pensar a problemática da maternidade, por exemplo, a autora aposta na libertação das mães, no que tange a obrigação para com os filhos. Contudo, sua argumentação não coloca em xeque a relação entre os sexos, que seria, na proposta de Delphy, fundamental para transformar o condicionamento das mulheres.

Ainda que Kate Millet apresente a gênese do processo de opressão e uma proposta de superação, compreende-se, de fato, que a sua análise se afasta do materialismo de Delphy na medida em que não há uma adesão da autora à categoria da totalidade, não ocorrendo, portanto, um empenho da autora em buscar os nexos causais existentes entre os processos de opressão. Este pode ser visto como um outro ponto de distanciamento entre o feminismo radical de Millet e o feminismo materialista proposto por Delphy.

A pouca atenção dada à produção e reprodução da vida material, a partir do pressuposto de que o sexo é o grande responsável pela distinção e desigualdade entre os indivíduos na sociedade, somada à ênfase na explicação e superação da dimensão cultural da opressão, isto é, da prerrogativa idealista de que a mudança nas ideias seria o elemento central

para a mudança da realidade nos permite concluir que Millet, é a autora, dentre as analisadas, que mais se afasta da proposta do feminismo materialista de Delphy.

Considerações finais:

A partir dessas considerações, cabe resgatarmos o questionamento que deu início a discussão realizada ao longo deste trabalho: um feminismo radical é necessariamente materialista? Os estudos feitos a partir das obras das autoras apresentadas aqui, nos permite evidenciar pontos de aproximação e de distanciamento em relação às categorias propostas pelos parâmetros analíticos de Christine Delphy.

No que se refere à Shulamith Firestone, a utilização do materialismo como recurso para análise da guerra dos sexos, é ressaltada diversas vezes pela autora. Isto se deve ao fato de que a opressão é compreendida nas dimensões econômica, cultural, política. Nessa perspectiva, a capacidade reprodutiva das mulheres é o aspecto responsável por fundar a primeira forma de divisão do trabalho. Dessa forma, Firestone se aproxima do feminismo materialista, na medida que identifica a base material da opressão às mulheres própria distinção sexual e a família biológica, propondo sua superação por meio da eliminação das distinções que culminam na subordinação das mulheres e, para, além disso, na superação de todos os sistemas de classe.

Em relação a análise de Gayle Rubin, há uma aproximação de uma leitura materialista na medida em que ela compreende que as estruturas de parentesco constituem uma base material relacionada a um elemento histórico e cultural que formam relações e identidades sociais. Isso ocorre por uma interdependência da esfera produtiva e reprodutiva, no âmbito da família. Assim, há uma produção, por meio da atividade humana, especificamente pelas relações de parentesco que estruturam essas relações de gênero.

Diferentemente de Firestone e Rubin, a proposta de Kate Millett apresenta mais pontos de distanciamento em relação ao feminismo materialista do que de aproximação. Ainda que a autora trabalhe com a ideia de revolução, sua análise é restrita a nível cultural, haja vista sua compreensão de que a estrutura do patriarcado se refere muito mais a um hábito de espírito e a um tipo de vida do que a um sistema político determinado. Além disto, afirmação de Millett (1974) de que as distinções sociais não estão baseadas na riqueza ou na posição social, mas no sexo, pode ser vista como um outro fator que a afasta de uma perspectiva materialista, pela pouca atenção concedida pela autora à maneira como a vida é materialmente produzida e reproduzida. A transformação da situação das mulheres ocorreria, portanto, por um viés

ideológico e não no campo das instituições sociais. Além disso, a autora não recorre à categoria da totalidade para compreender os processos de opressão.

Concluimos, portanto, que o feminismo radical não necessariamente será um feminismo materialista conforme proposto por Delphy (1974), isto significa que, ainda que algumas autoras aproximem-se da perspectiva materialista e da abordagem da opressão de forma estrutural, outras autoras podem se afastar. O fato de o feminismo radical propor a busca pela gênese da opressão e implicar em uma proposta de revolução sexual, por si só, não confere a ele o conteúdo estrutural necessário para ser compreendido enquanto uma abordagem notadamente materialista.

Referências:

DELPHY, Christine. A materialist feminism is possible. *Feminist Review*, no 4. Reino Unido, março de 1980, pp. 79-105. Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1057%2Ffr.1980.8>>. Acesso em 28 maio 2018.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 99-119.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. Edição original: 1970.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito*. Boitempo: São Paulo, 2013

MILLETT, Kate. *Política Sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

RUBIN, Gayle. *Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.